

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.^a as demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2020, bem como as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho de Administração, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

Os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica têm se mostrado mais intensos do que o esperado, podendo até chegar a ser o pior desempenho anual da história da economia brasileira. Diante deste cenário a Companhia praticamente não realizou novas operações neste semestre. O receio por parte dos consumidores com tendência a poupar, diminuiu sensivelmente a utilização de crédito, prevendo-se gradativo aumento na demanda tão somente após a recuperação da economia.

Resultado das Atividades

A empresa apresentou um resultado negativo no semestre de R\$ 1.056 mil, gerado basicamente pela redução da taxa básica de juros e pela retração dos negócios da Companhia.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento.

Em atendimento a Instrução CVM N° 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

A partir de 2018 a empresa optou pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos conforme Resolução N° 4.557 e passou a utilizar a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado para o gerenciamento de riscos conforme Resolução N° 4.606 do BACEN. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo do Patrimônio de Referência Exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico” (Resolução N° 4.193 e Circular N° 3.640).

Considerações Finais

Nosso reconhecimento pela confiança de nossos clientes e acionistas e pela dedicação dos nossos colaboradores.

Novo Hamburgo, 27 de julho de 2020.
Conselho de Administração e Diretoria

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

ATIVO	30.06.2020	30.06.2019
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	8.590	10.550
DISPONIBILIDADES	27	42
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.809	9.348
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.809	9.348
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	313	541
Carteira Própria	313	541
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	409	584
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	478	669
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(69)	(85)
OUTROS CRÉDITOS	29	32
Adiantamentos e Antecipações Salariais	26	26
Impostos e Contribuições a Compensar	3	6
OUTROS VALORES E BENS	3	3
Despesas Antecipadas	3	3
NÃO CIRCULANTE	4.017	4.153
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.002	3.078
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	36
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	0	37
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	0	(1)
OUTROS CRÉDITOS	3.002	3.042
Créditos Tributários	2.989	2.989
Devedores por Dep. em Garantia	0	39
Opções p/Incentivos Fiscais	13	14
PERMANENTE	1.015	1.075
INVESTIMENTOS	21	21
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	9
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	994	1.054
Imóveis de Uso	2.070	2.070
Outras Imobilizações de Uso	938	938
Depreciações Acumuladas	(2.014)	(1.954)
TOTAL	12.607	14.703

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Pela Legislação Societária

PASSIVO	30.06.2020	30.06.2019
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	282	580
OUTRAS OBRIGAÇÕES	282	580
Cobrança e Arrec. De Tributos	0	1
Fiscais e Previdenciárias	37	77
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	166	200
Prov. para Passivos Contingentes	40	272
Diversas	39	30
NÃO CIRCULANTE	279	294
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	279	294
OUTRAS OBRIGAÇÕES	279	294
Fiscais e Previdenciárias	279	294
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.046	13.829
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	485	504
RESERVAS DE LUCROS	0	1.018
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(746)	0
AÇÕES EM TESOURARIA	(44)	(44)
TOTAL	12.607	14.703

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Pela Legislação Societária

	01.01.2020	01.01.2019
	a	a
	30.06.2020	30.06.2019
	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	265	1.576
Operações de Crédito	118	515
Resultado de Operaç. com Tít. e Val. Mobil.	147	1.061
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17)	0
Operações de Captação no Mercado	(17)	0
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	248	1.576
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.305)	(1.353)
Rendas de Tarifas Bancárias	2	6
Despesas de Pessoal	(698)	(768)
Outras Despesas Administrativas	(579)	(557)
Despesas Tributárias	(30)	(73)
Outras Receitas Operacionais	0	39
RESULTADO OPERACIONAL	(1.057)	223
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(1.056)	223
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	(108)
Provisão Para Imposto de Renda	0	(60)
Provisão Para Contribuição Social	0	(48)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(1.056)	115
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM R\$	(1,16)	0,13

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL					
PERÍODO DE 01.01.2020 A 30.06.2020									
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	495	293	0	0	0	(44)	13.095	0
OUTROS EVENTOS	-	(10)	-	-	-	17	-	7	7
Realização de Res. de Reavaliação	-	(17)	-	-	-	17	-	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	-	7	7
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	(1.056)	-	(1.056)	(1.056)
DESTINAÇÕES	-	-	(293)	0	-	293	-	0	-
Reservas	-	-	(293)	0	-	293	-	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	485	0	0	0	(746)	(44)	12.046	(1.049)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(10)	(293)	0	0	(746)	0	(1.049)	(1.049)
PERÍODO DE 01.01.2019 A 30.06.2019									
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	513	411	476	181	0	0	13.932	0
OUTROS EVENTOS	-	(9)	-	-	-	16	-	7	7
Realização de Res. de Reavaliação	-	(16)	-	-	-	16	-	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	-	7	7
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(44)	(44)	(44)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(181)	-	-	(181)	(181)
LUCRO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	115	-	115	115
DESTINAÇÕES	-	-	5	126	-	(131)	-	0	-
Reservas	-	-	5	126	-	(131)	-	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	504	416	602	0	0	(44)	13.829	(103)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(9)	5	126	(181)	0	(44)	(103)	(103)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Pela Legislação Societária

	01.01.2020	01.01.2019
	a	a
	30.06.2020	30.06.2019
	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.056)	115
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	8	(712)
Depreciações e Amortizações	29	33
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29)	(752)
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	8	7
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	1.291	908
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	140	(1.769)
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	530	1.634
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	608	961
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	15	84
Diminuição de Outros Valores e Bens	(2)	(2)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	(274)	(109)
Aumento (Diminuição) de Outras Obrigações	(274)	(109)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(31)	202
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aquisição de Ações em Tesouraria	0	(44)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	(181)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	(225)
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	58	65
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	27	42
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(31)	(23)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pela Legislação Societária

	01.01.2020	01.01.2019
	a	a
	30.06.2020	30.06.2019
	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS	251	1.621
Receitas da Intermediação Financeira	265	1.576
Receitas de Prestação de Serviços	2	6
Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa	(17)	0
Outras Receitas	1	39
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	0	0
INSUMOS DE TERCEIROS	(550)	(523)
Materiais, Energia e Outros	(301)	(321)
Serviços de Terceiros	(248)	(201)
Outros	(1)	(1)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(299)	1.098
RETENÇÕES	(29)	(33)
Depreciações e Amortizações	(29)	(33)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(328)	1.065
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(328)	1.065
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL	601	644
Remuneração Direta	483	521
Benefícios	89	83
FGTS	29	40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	127	306
Federais	117	298
Municipais	10	8
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(1.056)	115
Reinvestimentos de Lucros	(1.056)	115
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(328)	1.065

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, foi fundada, como Instituição Financeira Privada, sob forma de sociedade por ações, em assembleia geral de 12 de setembro de 1962, para operar como sociedade de crédito, financiamento e investimento. Sua constituição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 24 de dezembro de 1964 e sua localização fica situada no município de Novo Hamburgo/RS.

Em 11 de novembro de 2019, foi celebrado, o Contrato de Compra e Venda de Ações entre DMCARD CARTÕES DE CRÉDITO S/A na qualidade de compradora e os acionistas controladores da Companhia na qualidade de vendedores de 608.940 ações ordinárias, representando 66,64% do capital social total da Companhia. A negociação ainda depende do encaminhamento e respectiva aprovação pelo Banco Central do Brasil.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

3 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transporte 10%; Sistema de Processamento de Dados e Gastos de Organização e Expansão, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;
- d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização incluindo quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;
- e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas;

f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis incluindo quando aplicáveis os encargos e as variações monetárias incorridas, e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.

g) redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de ativo. Em 30 de junho de 2020 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, cotas de Fundos de Investimento que se encontram atualizados pelo valor da cota no último dia do mês;

5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 30.06.2020, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO NORMAL					
B	301	20	-	-	321
C	48	-	-	-	48
OPERAÇÕES VENCIDAS					
B	-	-	-	15	15
D	-	-	-	2	2
F	-	-	-	56	56
H	36	-	-	-	36
TOTAL	385	20	-	73	478

6 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o semestre foi de R\$ 46 mil (R\$ 751 mil em 2019), tendo sido recuperados R\$ 48 mil (R\$ 397 mil em 2019).

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 178 mil, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas no valor de R\$ 16 mil e de prejuízos fiscais de 2.795 mil.

Em novembro de 2019 a DMCARD CARTÕES DE CRÉDITO S.A celebrou contrato de compra e venda de 608.940 ações ordinárias da Finansinos, representando 66,64% de participação do capital social total de Companhia. A negociação ainda depende do encaminhamento e respectiva aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Os novos controladores elaboraram um plano de negócios em que há expectativa de geração de resultados positivos nos próximos cinco anos, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições.

8 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Decorre de um processo, na área trabalhista, ajuizado por prestador de serviços tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para ações trabalhistas ajuizadas contra a Finansinos, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustada ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

9 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil, representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

10 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

11 – DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações. Em virtude de prejuízo apurado neste semestre, o que não enseja distribuição de dividendo não houve distribuição no período.

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2020	2019
Incêndio	Imóveis, Instal., Móv. e Equip. etc.	5.200	5.200
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	152	152

13 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI N° 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições das Leis n° 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e n° 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do semestre da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito, liquidez e de Capital, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias de ações dentro de sua área de atuação.

MAURO ELAR FERRARI
Diretor Presidente

ROZELI TEREZINHA BERTUOL PIRES
Diretora

MAURO ELAR FERRARI
Contador CRC-RS N° 43.340
CPF N° 215.545.600-04

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, procederam ao exame dos documentos referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2020 bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

Novo Hamburgo, 27 de julho de 2020.

PAULO CESAR SANVITTO
Presidente

CESAR AUGUSTO PERONI ODY
Vice Presidente

MARIA HELENA ADAMS PEREZ

ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, do semestre findo em 30 de junho 2020.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020.

Novo Hamburgo, 27 de julho de 2020.

MAURO ELAR FERRARI
Diretor Presidente

ROZELI TEREZINHA BERTUOL PIRES
Diretora

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo- RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, no resultado e no patrimônio líquido, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa 7 em novembro de 2019 a DMCARD CARTÕES DE CRÉDITO S.A celebrou o contrato de compra e venda de 608.940 ações ordinária da Finansinos, representando 66,64% de participação do capital social total da Companhia. Os novos controladores elaboraram um plano de negócios em que há expectativa de geração de resultados positivos nos próximos cinco anos, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições. A manutenção da contabilização do crédito tributário no montante de R\$ 2.989 mil depende do encaminhamento da negociação e respectiva aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Os principais assuntos de auditoria são os seguintes:

•Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Porque é um PAA

A estimativa da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa envolve um alto nível de julgamento da Administração, sendo consideradas várias premissas e fatores internos e externos. A Finansinos S/A para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, classifica suas operações de crédito em níveis crescentes de risco de conformidade com o sistema de rating previsto na Resolução do CMN nº 2.682/1999, sendo “A” o risco mínimo e “H” o risco máximo.

Como o assunto foi conduzido pela nossa auditoria

Avaliamos o funcionamento dos controles internos relacionados às operações de crédito, assim como, os critérios utilizados na classificação dos níveis de riscos dessas operações na determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, observando os requisitos mínimos determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/1999. Com base nas evidências obtidas consideramos adequado o nível de provisionamento para operações de créditos de liquidação duvidosa.

•Créditos tributários

Porque é um PAA

Os créditos tributários decorrem de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, sendo reconhecidos contabilmente em função da expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização. Estudo técnico requerido pelo BACEN, elaborado pela Finansinos S/A e aprovado pelo Conselho de Administração apresenta expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos cinco anos, com a consequente geração de obrigação com impostos e contribuições.

Como o assunto foi conduzido pela nossa auditoria

Avaliamos os controles internos que envolvem a apuração dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como das estimativas do valor realizável destes créditos tributários. Tendo por base as evidências obtidas consideramos adequados os valores das estimativas dos créditos tributários apurados de acordo com os critérios e premissas da Administração.

Outros Assuntos

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Finansinos S/A, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Finansinos S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Finansinos S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições contábeis autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Finansinos S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Finansinos S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Finansinos S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Finansinos S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Finansinos S/A a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de julho de 2020.

FÁBIO RAMIRES DA SILVA
Contador Responsável
CRCRS N° 48.428

RAMIRES & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS N° 4.168